



04 DE AGOSTO DE 2017

Sexta-feira

- EMPREGO PARA TRABALHADORES JOVENS MAIS QUE DOBRA NO PARANÁ
- MEDO DO DESEMPREGO & SATISFAÇÃO COM A VIDA
- O PROTECIONISMO NÃO PROTEGERÁ EMPREGO EM NENHUM LUGAR
- INDÚSTRIA BRASILEIRA BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO
- BRASIL E ARGENTINA FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- ARGENTINA MULTA IMPORTAÇÃO DE CARRO DO BRASIL
- FALÊNCIAS AMPLIAM OFERTA DE BENS INDUSTRIAIS
- RICHA É CONTRA "VENDER" O BRDE; G7 TAMBÉM DEFENDE O BANCO ESTATAL
- LEI DA TERCEIRIZAÇÃO NÃO VALE PARA CONTRATOS ENCERRADOS ANTES DA NORMA, DIZ TST
- COM NOVA LEI TRABALHISTA, EMPREGADO PODE RECEBER SÓ PELO QUE PRODUZ; ENTENDA
- MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA GERA PRIMEIROS RESULTADOS: GM ANUNCIA INVESTIMENTOS NO PAÍS
- ABIMAQ: NÃO HÁ POLÍTICA ECONÔMICA QUE FAVOREÇA OS INVESTIMENTOS
- ILAN: CENÁRIO EXTERNO CONTRIBUI PARA AMBIENTE SERENO PARA ATIVOS BRASILEIROS
- 'CONDIÇÕES ECONÔMICAS SE MANTIVERAM A DESPEITO DE INCERTEZAS', DIZ ILAN
- ILAN FAZ DEFESA DA TLP E REFORÇA MENSAGEM DE POSSÍVEL MANUTENÇÃO DO RITMO DE CORTE NA SELIC
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL CAI 2,2% EM JULHO, DIZ CCEE
- MOODY'S DIZ QUE DÉFICIT DE R\$ 159 BI NÃO AFETA CREDIBILIDADE DO GOVERNO
- PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA CAPITAL PAULISTA CAEM 36,4% NO 1º SEMESTRE
- GOVERNO PROMETE IMPULSO PARA VOTAR REFORMAS NESTE ANO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVERÁ SER DILUÍDA PARA TER CHANCES, DIZ ANASTASIA

- 'EXPECTATIVA É APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA ATÉ OUTUBRO', DIZ MEIRELLES
- MEIRELLES: VAMOS SEGUIR TRAJETÓRIA DE REFORMAS PARA GARANTIR CRESCIMENTO FORTE
- MEIRELLES: COMPROMISSO DO GOVERNO É CUMPRIR A META FISCAL DE R\$ 139 BI
- MAIA DISCUTIRÁ A PARTIR DA PRÓXIMA SEMANA REFORMA TRIBUTÁRIA COM RELATOR
- VALE DIZ QUE NÃO HÁ TRATATIVAS PARA ADQUIRIR ATIVOS DA CSN
- TOYOTA ANUNCIA ALIANÇA COM A MAZDA
- BMW SUPERA PREVISÕES DE LUCRO NO 2º TRI
- RENAULT LANÇA CARRO DE R\$ 30 MIL QUE SERÁ VENDIDO APENAS PELA INTERNET
- RENAULT KWID QUER SER SUV POPULAR
- MONTADORAS DE CARROS ALEMÃS VIVEM 'MOMENTO IPHONE' NA LUTA COM TESLA
- MAIS UMA LIMINAR SUSPENDE AUMENTO DE IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS NO PAÍS
- É REALISTA A PROIBIÇÃO DE CARROS NOVOS A DIESEL E GASOLINA NA EUROPA?
- PREÇO DO FRETE DEVE SEGUIR PRESSIONADO NO 2º SEMESTRE, DIZ PESQUISA DA NTC/ANTT
- AUDI Q5 DE SEGUNDA GERAÇÃO ESTÁ NO BRASIL
- GM INVESTIRÁ R\$ 1,4 BILHÃO EM GRAVATAÍ
- MOTOS PERDEM O FÔLEGO OUTRA VEZ EM JULHO
- ZF APURA LUCRO, RECEITA E MARGEM MAIORES NO 1º SEMESTRE

CÂMBIO		
EM 04/08/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,117	3,117
Euro	3,663	3,665

Fonte: BACEN

Emprego para trabalhadores jovens mais que dobra no Paraná

04/08/2017 – Fonte: Agência de Notícias do Governo do Paraná

Os jovens de 18 a 24 anos foram os campeões em contratações com carteira assinada nos primeiros seis meses, com 30% do total. O saldo nesta faixa etária foi positivo em 26.936 vagas. Os dados são do Ministério do Trabalho, compilados pelo IparDES

O mercado de trabalho melhorou para os jovens no Paraná. Das 559.100 contratações com carteira assinada feitas no Estado no primeiro semestre, 30% foram de trabalhadores de 18 a 24 anos. O saldo de emprego (diferença entre admissões e demissões) nessa faixa etária ficou positivo em 26.936 vagas nos primeiros seis meses do ano, mais que o dobro do registrado no mesmo período do ano passado (11.616).

Foi o terceiro melhor resultado do País, atrás apenas de São Paulo (94.185) e Minas Gerais (41.550). O Paraná teve o maior saldo entre os jovens da região Sul do País, à frente de Santa Catarina (18.289) e Rio Grande do Sul (16.928). Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IparDES).

CAMPEÕES - Os jovens foram os campeões em contratações no Estado no semestre. Em segundo lugar ficaram os trabalhadores com entre 30 e 39 anos (148.710) e em terceiro os entre 25 e 29 anos (102.037).

“O resultado é muito bom, porque os jovens são um dos extratos mais atingidos pela crise, e vinham registrando taxas de desemprego mais elevadas”, diz o diretor-presidente do IparDES, Julio Suzuki Júnior.

A previsão, de acordo com ele, é que, mantido esse ritmo de contratações, o desemprego nessa faixa etária caia no Paraná nos próximos meses. O último dado disponível medido pelo IBGE referente ao primeiro trimestre mostra um índice de desemprego de 10,3% em todo Estado. No Brasil, a taxa está em 13%.

Suzuki Júnior diz que basicamente dois movimentos ajudam a explicar a abertura de novas vagas para os jovens no Paraná. “A retomada da produção da indústria e a substituição de vagas de maior remuneração por salários menores pelas empresas durante a crise. Mas essa substituição é relativa, porque as demais categorias também tiveram saldos positivos”, diz.

SETORES E CIDADES - A indústria da transformação foi a que mais gerou vagas entre os jovens, com saldo de 10.018 vagas no primeiro semestre. Em segundo lugar ficaram atividades administrativas e serviços complementares, com 2.688 empregos, seguida pelo comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 2.317 novos empregos.

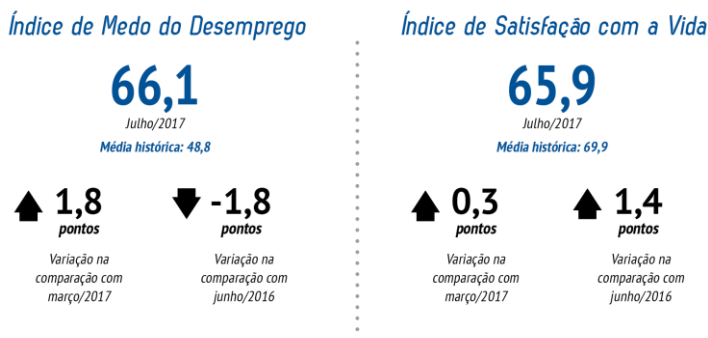
Os grandes centros foram destaques na geração de vagas para os jovens. Curitiba registrou um saldo de 5.939 vagas na faixa de 18 a 24 anos. Maringá (1.769), Cascavel (1.440) e Londrina (977) vieram na sequência.



Medo do Desemprego & Satisfação com a vida

04/08/2017 – Fonte: CNI

Os brasileiros continuam com muito medo de serem afetados pelo desemprego e com baixa satisfação com a vida. O índice de medo do desemprego subiu 1,8 ponto entre março e julho de 2017, quarto maior valor da série histórica, iniciada em 1999. O índice de satisfação com a vida aumentou 0,3 ponto em relação a março de 2017, mas permanece como um dos menores valores da série.
Julho/2017



O índice do medo do desemprego subiu para 66,1 pontos em julho deste ano. O valor é 1,8 ponto superior ao registrado em março e está 17,3 pontos acima da média histórica que é de 48,8 pontos, informa a pesquisa divulgada nesta quinta-feira (3) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Os brasileiros continuam com muito medo de serem afetados pelo desemprego", afirma o levantamento trimestral.

A economista da CNI Maria Carolina Marques destaca que, com o agravamento da crise política entre março e julho, pioraram as expectativas da população sobre o desempenho da economia. A percepção é que a recuperação vai demorar ainda mais. Isso faz com que as pessoas fiquem receosas em relação à manutenção do emprego", afirma Maria Carolina.

O medo do desemprego é maior na região Nordeste, onde o índice alcançou 68,3 pontos. Mas foi no Norte-Centro-Oeste que a preocupação aumentou mais nos últimos três meses. Naquela região, o indicador subiu para 66,9 pontos em julho e está 9,7 pontos acima do verificado em março. O Norte-Centro-Oeste também é a região em que o medo do desemprego no mês passado foi maior que o de junho de 2016.

O índice de satisfação com a vida teve leve aumento de 0,3 ponto em julho, frente a março, e ficou em 65,9 pontos. O valor, um dos mais baixos da série que começou em 1999, é inferior à média histórica de 66,9 pontos. A satisfação com a vida é maior na região Sul, onde o indicador é de 68,9 pontos. Em seguida, vem o Nordeste com 66,5 pontos.

Esta edição da pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 125 municípios entre os dias 13 e 16 de julho.

O protecionismo não protegerá emprego em nenhum lugar

04/08/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Problemas enfrentados pela Ásia em desenvolvimento ameaçam pôr pressão enorme sobre os salários globais

Os líderes europeus e dos Estados Unidos inquietos com o futuro dos empregos de qualidade devem ter em mente os problemas muito mais graves enfrentados pela Ásia em desenvolvimento – problemas que ameaçam pôr uma pressão enorme sobre os

salários globais. Na Índia, onde a renda per capita é de cerca de um décimo da registrada nos Estados Unidos, mais de dez milhões de pessoas deixam o campo a cada ano e se estabelecem nos centros urbanos, e não conseguem encontrar trabalho, nem mesmo como ambulantes, muito menos como programadores de computadores. A mesma ansiedade que americanos e europeus têm quanto ao futuro do emprego é muito maior na Ásia.



Na Índia, mais de 10 milhões deixam o campo por ano e, nos centros urbanos, não conseguem trabalho Foto: Anindito Mukherjee/Reuters

A Índia deve seguir o tradicional modelo de exportação de manufatura, explorado primeiramente pelo Japão e depois adotado por muitos países, inclusive a China? E o que resultará disso nos próximos anos e décadas se a automação tornar obsoletos muitos desses empregos?

Naturalmente há o setor de serviços, que emprega 80% da população das economias avançadas, e o setor de terceirização da Índia ainda está em primeiro lugar no mundo. Infelizmente, nesse caso, o caminho também é difícil. A automação já suplantou uma parte substancial das atividades dos centros telefônicos e muitos empregos na área de programação de rotina também perderam espaço para os computadores.

Indústria brasileira bate recorde de exportação

04/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A indústria de transformação brasileira nunca teve tanto da sua produção vendida para o mercado externo, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. O Índice Firjan de Produção Exportada (IFPE), indicador que mede a parcela da produção destinada à exportação, atingiu o recorde de 18,2% no primeiro semestre de 2017, conforme antecipado com exclusividade ao **Estadão/Broadcast**.

No segundo semestre de 2016, a fatia da produção que teve como destino a exportação foi de 17,3%. O ganho de importância das vendas externas na pauta industrial, entretanto, é explicado pela retração na demanda doméstica, não pelo crescimento no número de encomendas de outros países. Ou seja, diante da menor absorção dos produtos industriais no Brasil, as vendas para o setor externo ficaram proporcionalmente maiores, ainda que não tenha havido crescimento na demanda por produtos brasileiros internacionalmente.

“Num período de crise aguda, o setor externo realmente aparece como única alternativa para o escoamento da produção. O Índice Firjan de Produção Exportada chegou ao ápice após dois anos de forte recessão econômica, então, o mercado externo é um fator importante, mas ainda assim não é suficiente para recuperar o setor produtivo. A retomada da indústria certamente passa pela recuperação do mercado doméstico”, avaliou Jonathas Goulart, coordenador de Estudos Econômicos da Firjan.

Entre os 24 setores da indústria de transformação analisados, 16 elevaram a parcela da produção exportada de janeiro a junho em relação ao mesmo período de 2016. A fraca atividade fabril, porém, foi determinante para o resultado, uma vez que esses 16 setores tiveram redução na quantidade produzida.

Os dados do levantamento da Firjan têm início no primeiro semestre de 2003. Os quatro setores que atingiram no primeiro semestre o nível mais alto na série histórica do IFPE foram máquinas e equipamentos (28,4%), borracha e plástico (10,2%), móveis (7,4%) e produtos diversos, categoria que engloba itens como bijuteria, instrumentos musicais e artefatos para pesca (13,6%).

O desempenho corrobora o cenário de pouco dinamismo mostrado pela Pesquisa Industrial Mensal, divulgada esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção da indústria de transformação recuou 0,3% no primeiro semestre ante o mesmo período do ano passado.

A indústria geral só encerrou o semestre com avanço de 0,5% por causa do crescimento de 6,0% da extrativa mineral, calculou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). "O cenário político permanece conturbado, com incertezas também no ambiente econômico. Isso tem impacto nas expectativas, desperta a possibilidade de elevação de impostos", avaliou Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

Brasil e Argentina firmam acordo de cooperação em ciência e tecnologia

04/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os governos do Brasil e da Argentina firmaram hoje (3) um acordo para fechar parcerias nas áreas da ciência, tecnologia e inovação pelos próximos cinco anos. O documento foi assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O acordo foi firmado durante a primeira reunião do Comitê Executivo Brasil-Argentina em Ciência, Tecnologia e Inovação. O memorando de entendimento estabelece o lançamento de chamadas públicas conjuntas, apoio a projetos de pesquisa, intercâmbio de pesquisadores e estudantes e a organização de seminários para promover a interação entre instituições relevantes, além de intercâmbio de informações.

O documento prevê parcerias em temas de interesse mútuo, com ênfase em energias renováveis, meio ambiente, agroindústria, bioeconomia, saúde, oceanografia, tecnologias da informação, biotecnologia e nanotecnologia, além do apoio a instituições de ciência e tecnologia e a empresas dos dois países.

Durante o encontro, foram relançadas as atividades do Centro Brasileiro Argentino de Nanotecnologia (CBAN) e feito um balanço dos 30 anos de atividade do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (Cabbio). O projeto é uma parceria entre os dois países, com a participação do Uruguai, desde 2011. Em três décadas de atuação, já foram oferecidos 442 cursos e mais de 5 mil pessoas capacitadas pelo centro.

Argentina multa importação de carro do Brasil

04/08/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A medida, motivada pelo fato de que as importações têm ultrapassado os limites previstos em acordo assinado entre os dois países, consiste em cobrar garantias das montadoras de que as multas decorrentes do excesso sejam pagas

O governo argentino publicou um decreto que, na prática, tem o objetivo de diminuir a importação de carros produzidos no Brasil. A medida, motivada pelo fato de que as importações têm ultrapassado os limites previstos em acordo assinado entre os dois

países, consiste em cobrar garantias das montadoras de que as multas decorrentes do excesso sejam pagas, conforme antecipou o **Estadão/Broadcast**.

O custo recairá sobre as montadoras instaladas na Argentina que importam veículos produzidos em suas filiais no Brasil. Para evitar esse gasto, as empresas podem optar por reduzir as importações, ajustando-se aos limites permitidos pelo acordo.



As filiais das montadoras na Argentina que importam acima do limite devem pagar tarifa de 24,5% sobre do valor de cada veículo a mais Foto: Roosevelt Cassio/Reuters A decisão, que começou a valer logo após sua publicação, cria um problema para as filiais das montadoras instaladas no Brasil porque, como as vendas para os consumidores brasileiros estão baixas, a exportação se tornou uma válvula de escape para a produção.

A Argentina é, historicamente, o principal destino das vendas de veículos para o exterior, correspondendo, em 2017, a cerca de 70% do total exportado.

Pelo acordo, as filiais das montadoras na Argentina que importam acima do limite devem pagar tarifa de 24,5% sobre do valor de cada veículo a mais. Essa tarifa só precisa ser paga depois que o acordo expirar, em junho de 2020.

Mas o decreto do governo argentino exige uma antecipação desse pagamento, como se fosse um caução, que será devolvido às empresas caso os níveis de importação se ajustem até o fim do acordo.

O limite que tem sido desrespeitado pelas montadoras diz que, para cada US\$ 1 que o Brasil importa da Argentina em veículos e autopeças, pode ser exportado US\$ 1,5 para a Argentina, cálculo que os dois governos chamam de "flex". Nos 12 meses encerrados em junho o flex ficou em 1,96. O excesso preocupa o governo argentino porque enfraquece a produção local.

No decreto, a Argentina estabelece que vai cobrar garantias das empresas que tenham violado o flex depois de julho de 2015. Para isso, criou três períodos de referência a partir dessa data para fazer a conta do flex: 24, 36 e 48 meses.

No primeiro caso, os 24 meses terminaram em junho de 2017. Quem ultrapassou o limite nesse período já terá de depositar a garantia, que será equivalente ao imposto de importação dos carros em excesso.

Quando chegar a 36 meses (junho de 2018) e 48 meses (junho de 2019), as contas serão refeitas. Os valores cobrados pelas garantias, a depender do novo resultado do cálculo do flex, poderão ser liberados, mantidos ou elevados. A adoção de medidas como essa, durante o período de vigência do acordo, estava prevista no documento, como uma opção para os países.

As exportações de veículos produzidos no Brasil para a Argentina somaram 271,2 mil unidades no primeiro semestre, alta de 41,2% ante 2016, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Falências ampliam oferta de bens industriais

04/08/2017 – Fonte: GS Notícias /DCI

Um dos setores que tem mostrado movimento significativo em leilões judiciais por causa da crise é o sucroalcooleiro; uma das vantagens da compra é que o arrematante não herda dívidas



A crise atual provocou alta histórica nos pedidos de recuperação judicial e de falências e, conseqüentemente, lançou no mercado de leilões centenas de imóveis e galpões que abrigavam essas atividades.

A LUT Leilões, por exemplo, destaca o leilão de um complexo industrial da Inamel Móveis de Aço Ltda., localizado em Mogi Mirim, no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de um terreno de quase 140 mil metros quadrados, onde a área construída beira 19 mil metros quadrados, além de móveis e equipamentos.

A avaliação total é de pouco mais de R\$ 20 milhões e o lance inicial está fixado em R\$ 14,6 milhões. Só o terreno foi avaliado em R\$ 8 milhões. Já as edificações foram estimadas em R\$ 10 milhões e os bens móveis em R\$ 616 mil. A data para o início das ofertas será 14 de agosto e a disputa será encerrada no dia 11 de setembro.

As vantagens para interessados nesse tipo de leilões não se restringem apenas aos deságios, que podem variar de 40% a 60%. Outro ponto relevante se deve ao fato de que as dívidas são da falência (massa falida) e não recaem sobre o bem ou o arrematante, explica Thiago Ferreira, advogado da LUT Leilões.

A empresa relaciona ainda um galpão industrial composto de prédio administrativo, fábrica e edifício de apoio em Ribeirão Preto, também em São Paulo, a ser leiloado neste mês. O terreno soma 5 mil metros quadrados e a área construída passa de 3,7 mil metros quadrados. O lance inicial foi fixado em R\$ 5,5 milhões.

Outras operações ocorrem neste mês no Estado de São Paulo. Em Conchas, um imóvel composto por cinco glebas com área total de 205,5 mil metros quadrados e benfeitorias (galpões industriais com área construída de quase 10 mil metros quadrados) terá preço mínimo de R\$ 13,3 milhões.

Em Américo Brasiliense, vai a leilão judicial um imóvel ainda ocupado com as instalações da falida Frango Forte. O lance inicial será de R\$ 7,9 milhões. Galpões industriais em Tietê (SP), com área total construída de quase 5 mil metros quadrados e avaliados em R\$ 9,33 milhões, também serão leiloados este mês.

"Está mais do que claro que a crise econômica fez aumentar o número de leilões judiciais relacionados a falências de empresas. Só na Superbid e Canal Judicial, realizamos entre 20 e 50 leilões judiciais por dia", conta Renato Moyses, leiloeiro oficial e responsável pelos leilões judiciais da Superbid. De acordo com ele, o número de

leilões trabalhistas, de recuperações judiciais ou de falências apresentou crescimento em relação a 2016.

"Não podemos divulgar números sobre quanto tem representado em negócios esse tipo de leilões para a Superbid, mas podemos afirmar que, nos últimos três anos, o volume de leilões judiciais aqui na empresa aumentou entre 60% a 70%", afirma Moyses.

"Dentro da recuperação judicial e falência, cresceu bastante a comercialização de Unidades Produtivas Isoladas (UPIS). Ou seja, se existe uma planta em determinada empresa ou determinada indústria, a venda é realizada com todo maquinário, todos os ativos", explica.

De acordo com ele, um dos setores que tem mostrado movimento significativo em leilões judiciais por causa da crise é o sucroalcooleiro, no qual a Superbid tem atuado continuamente. Do início de agosto até meados de setembro, por exemplo, 28 leilões judiciais de imóveis rurais com características industriais, fazendas, glebas, sítios e haras, entre outros, estão programados. Estes lotes a serem arrematados somam R\$ 61 milhões.

Richa é contra "vender" o BRDE; G7 também defende o banco estatal

04/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Instituição financeira é gerida pelos três estados da região Sul e negociação faria parte da proposta do governo federal para ajuda aos gaúchos



Richa e Dória em Curitiba nesta quinta-feira (3). Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

"Não vamos fechar". Foi assim que o governador Beto Richa (PSDB) cravou que não está nos planos do Paraná abrir mão do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

De acordo com a imprensa gaúcha, o governo federal teria listado o BRDE entre as estatais e ativos que o governo do Rio Grande do Sul teria de se "desfazer" para receber a ajuda de R\$ 2 bilhões para contornar a crise financeira que atinge aquele estado. A instituição financeira é gerida pelos três estados da Região Sul e funciona aos moldes do BNDES.

Richa mencionou o assunto brevemente, durante discurso em evento com empresários e o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), nesta quinta-feira (3), em Curitiba. Ele respondeu a uma fala anterior de Darci Piana, presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), que havia defendido que o controle dos bancos permaneça nas mãos estaduais.

Uma carta assinada pelo G7 – grupo que reúne as principais entidades do setor produtivo do estado – enfatizou a importância da instituição financeira para o desenvolvimento do Paraná. As cooperativas agrícolas, por exemplo, costumam recorrer a empréstimos com juros mais baixos, oferecidos pelo BRDE.

O assunto deve ser debatido, informalmente, nesta sexta-feira (4), quando os três governadores se reúnem em Florianópolis para a troca de comando do Conselho de

Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) – Richa passa a presidência rotativa para Raimundo Colombo, de Santa Catarina. O governador paranaense declarou que, se o Rio Grande do Sul apresentar a proposta de vender o BRDE, o Paraná não vai aceitar.

O vice-presidente do BRDE, Orlando Pessuti, disse que não há nada oficial sobre a eventual negociação envolvendo o banco. Segundo ele, ainda não foram feitos pareceres jurídicos para esclarecer se a parte gaúcha poderia ser “comprada” pelos demais estados e se há viabilidade legal para federalizar o banco. Pessuti argumenta que a instituição é superavitária e que haveria outros ativos dos quais os gaúchos poderiam dispor para oferecer como contrapartidas pela ajuda federal.

Lei da Terceirização não vale para contratos encerrados antes da norma, diz TST

04/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu hoje (3) que a terceirização de empregados na atividade-fim das empresas não pode ser aplicada em contratos que foram assinados e encerrados antes da Lei das Terceirizações, sancionada, em março pelo presidente Michel Temer.

Com a decisão, empresas que não cumpriram a regra do TST, editada antes da lei, que proibia contratação interposta de trabalhadores, podem responder pela ilegalidade se forem acionadas judicialmente por não manterem vínculo com o trabalhador na área-fim.

A questão foi decidida pela primeira vez no TST por um dos colegiados especializados por dissídios coletivos. Na ação, uma empresa de *telemarketing* pretendia mudar a declaração de ilegalidade no contrato de terceirização de serviços de cobrança com um banco. Por unanimidade, os ministros decidiram manter a ilegalidade na contratação.

A Lei das Terceirizações (Lei 13.429/2017) autorizou as empresas terceirizar a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. A norma prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública.

Antes da lei, decisões da Justiça do Trabalho vedavam a terceirização da atividade-fim e a permitiam apenas para a atividade-meio, ou seja, aquelas funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

Com nova lei trabalhista, empregado pode receber só pelo que produz; entenda

04/08/2017 – Fonte: G1

No ganho por produtividade, acordos poderão derrubar a proibição de um pagamento abaixo do salário mínimo ou o piso; benefícios não integram mais a remuneração.

Operário durante a construção de um oleoduto: salário fixo poderá ser menor que o mínimo por produtividade (Foto: REUTERS/Enrique Castro-Mendivil)

O trabalhador que ganha comissão por produtividade poderá receber somente pelo que produz, contanto que isso seja negociado entre patrão e sindicato. Pela nova lei trabalhista que entra em vigor em novembro, este é um dos pontos em que os acordos coletivos prevalecerão sobre o que diz a lei.

Na interpretação de especialistas ouvidos pelo **G1**, a nova lei trabalhista abre o precedente para o trabalhador ter ganhos mensais abaixo do salário mínimo. No entanto, eles dizem que a Constituição ainda prevê o pagamento de um salário mínimo e há espaço para questionar a nova regra na Justiça.

O **G1** questionou o Ministério do Trabalho sobre esse tema, mas não obteve resposta até a última atualização desta reportagem.

Pela legislação antiga, o salário fixo que acompanha a comissão por produtividade tinha que ser igual ou maior que o salário mínimo (hoje em R\$ 937) ou o piso diário da categoria.

Mas a remuneração poderá ser livremente negociada entre empresa e sindicato e passa a compor a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), observa a advogada de direito trabalhista Beatriz Dainese, do escritório Giugliani Advogados. Para ela, a nova lei trabalhista permite que se negocie um valor abaixo desse patamar.

O que muda nas comissões

Os ganhos com comissão são comuns entre vendedores de lojas, por exemplo. Nesta modalidade de trabalho, quanto melhor o desempenho do trabalhador, maior a remuneração extra, além do salário fixo. Se em determinado mês as vendas fossem ruins, o empregado tinha garantida pela lei uma remuneração mínima.

Na visão do presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, apesar desse entendimento ser possível, os ganhos abaixo do salário mínimo são inconstitucionais e podem ser derrubados por decisões judiciais.

"Para trabalhos penosos como os de um cortador de cana, esta forma de remuneração que não garante um pagamento mínimo seria absurda e pode ser questionada na Justiça por contrariar o artigo 7º da Constituição", afirma.

"A partir da nova lei, há a possibilidade de abrir mão desse mínimo garantido pela legislação, desde que o sindicato dos trabalhadores aceite essa condição". A vantagem dessa modalidade para o trabalhador, segundo Dainese, é permitir que ele busque uma remuneração maior que o salário fixo, desde que alcance níveis de produtividade maiores.

A professora de direito do Complexo Educacional FMU, Maria Vitória Alvar, explica que sempre existiram algumas categorias, como vendedores do comércio varejista, que recebem apenas a comissão. Mas ela tem um valor mínimo estabelecido por convenção coletiva mesmo que o trabalhador não venda ou produza nada em determinado mês.

Remuneração do trabalhador

Veja o que muda nos ganhos com a nova lei trabalhista

A remuneração por produtividade não podia ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Como era Comissões, gratificações, percentagens, gorjetas e prêmios integravam os salários.

O pagamento do piso ou salário mínimo não será obrigatório na remuneração por produção. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário.

Na visão da professora, a possibilidade de negociar ganhos abaixo do salário mínimo contraria a Constituição e poderá ser questionada na Justiça. "A Constituição não permite receber menos que o mínimo", diz.

Para Dainese, o ganho apenas por produtividade permite à empresa reduzir seu custo fixo, “uma vez que a remuneração daquele funcionário, será paga pela sua própria produção”, aponta. “Não havendo produção, não há custo arcado exclusivamente pela empresa”, acrescenta.

Maria Vitória, da FMU, explica que, nas negociações entre sindicato e patrão, passa a ser possível excluir o pagamento do adicional por horas extras para o trabalhador que ganha comissão por produtividade. “Ele já é remunerado por excesso de jornada, então pode existir esse entendimento”.

Benefícios não integram o salário

Outra mudança importante na remuneração do trabalhador é que todos os outros ganhos adicionais, como comissões, gratificações, percentagens, gorjetas e prêmios, não precisam mais integrar os salários, observa o professor de direito do trabalho Gleibe Pretti. “Qualquer outro benefício está fora do salário”, explica.

Com isso, todos os outros pagamentos, fora o salário, não vão incidir sobre o cálculo dos encargos trabalhistas e previdenciários. Por exemplo, a ajuda de custo como o auxílio-alimentação, que não poderá ser pago em dinheiro, diárias para viagem e abonos não fazem parte da remuneração do empregado.

Pretti acrescenta que é possível reduzir o salário do empregado, contanto que isso seja definido por acordo coletivo. “Reduzindo o valor do salário, seu 13º fica menor, assim como o FGTS e todos os outros benefícios”, diz o professor.

Modernização trabalhista gera primeiros resultados: GM anuncia investimentos no país

04/08/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho



A aprovação da modernização trabalhista começa a apresentar seus primeiros resultados na geração de empregos e crescimento econômico do país. A partir da segurança e das perspectivas geradas pela reforma proposta pelo governo, a General Motors (GM) Mercosul anunciou um investimento de R\$ 1,4 bilhão para modernização da planta de Gravataí, cidade gaúcha onde fica um dos três complexos industriais da empresa no Brasil – os outros dois estão instalados nos municípios paulistas de São Caetano do Sul e São José dos Campos.

“Esse anúncio da GM mostra que todo o trabalho que tivemos debatendo a modernização com trabalhadores e empregadores e defendendo as mudanças no Congresso Nacional valeu a pena. O governo tomou uma decisão corajosa e acertada ao abraçar as reformas que irão colocar o país novamente nos trilhos. Temos orgulho do que estamos realizando. Os trabalhadores já começam a sentir os resultados”, avalia o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Segundo a GM, essa é apenas a primeira etapa de um pacote de investimentos que serão feitos em parceria com o governo do estado do Rio Grande do Sul para a implementação de novos processos produtivos e tecnologias na empresa. Por meio de

um documento ao Ministério do Trabalho, a direção da companhia destacou seu apoio à agenda de reformas do governo federal e reiterou a confiança no país.

A GM completou, no último mês de janeiro, 92 anos no Brasil, onde é responsável pela geração de mais de 16 mil empregos. Além dos complexos industriais, a companhia possui unidades em Mogi das Cruzes, Sorocaba e Indaiatuba, em São Paulo, e em Joinville (SC). Conta ainda com um Centro Tecnológico, em São Caetano do Sul.

Em março, o ministro visitou a fábrica da GM no RS.

Abimaq: não há política econômica que favoreça os investimentos

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan, voltou a criticar nesta quinta-feira, 3, a equipe econômica do governo federal, liderada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Em evento de celebração dos 80 anos da associação, que conta com a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), ele disse que falta uma política econômica que favoreça os investimentos e ofereça juros menores que as taxas de retorno do setor.

Marchesan declarou também que as contas públicas estão longe do ajuste fiscal prometido. “Enquanto isso, estamos administrando a escassez de empregos, de investimentos, de oportunidades, quando o mais importante seria administrar as dores do crescimento, da abundância.”

Apesar disso, o presidente da Abimaq ressaltou que confia na volta do crescimento, “porque ninguém segura esse País, somos mais fortes que qualquer crise”.

Marchesan disse ainda que a associação apoia as reformas econômicas do governo de Michel Temer, mas declarou que “precisamos de mais Brasil e menos Brasília”.

Ilan: cenário externo contribui para ambiente sereno para ativos brasileiros

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reafirmou nesta quinta-feira, 3, durante evento do Goldman Sachs em São Paulo, que o cenário internacional é benigno. Segundo ele, isso contribui “para um ambiente mais sereno nos mercados de ativos brasileiros”.

“De fato, o cenário externo tem se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global tem se recuperado gradualmente sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas”, afirmou. “O arrefecimento de possíveis mudanças de política econômica em alguns países centrais também contribui para a redução das incertezas.”

De acordo com Ilan, este ambiente tem contribuído para a “manutenção do apetite ao risco por ativos de economias emergentes”.

Reajustes de combustíveis e energia

Ilan minimizou o impacto dos reajustes nos preços dos combustíveis e da energia elétrica sobre os rumos da política monetária. Durante discurso no evento, ele disse que “essas oscilações pontuais – em particular dos reajustes de preços de combustíveis e de energia elétrica, que têm sido mais voláteis – não têm implicação relevante para a condução da política monetária”.

Ele citou que o aumento recente do PIS/Cofins sobre combustíveis terá impacto total na inflação medida pelo IPCA de cerca de 0,45 ponto porcentual, distribuído entre os meses de julho e agosto. Já o impacto da mudança da bandeira tarifária de energia elétrica será de aproximadamente 0,15 ponto porcentual em julho.

“De forma geral, o comportamento da inflação permanece favorável”, disse Ilan. “O processo de desinflação se difundiu, se consolidando nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Assim, até o momento, os efeitos de curto prazo do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia não se mostram inflacionários nem desinflacionários.”

‘Condições econômicas se mantiveram a despeito de incertezas’, diz Ilan

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou nesta quinta-feira, 3, durante evento do Goldman Sachs, em São Paulo, que até o momento “as condições econômicas se mantiveram, a despeito do impacto sobre os índices de confiança do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia”.

De acordo com Goldfajn, isso permitiu “a manutenção do ritmo de estabilização e recuperação gradual da economia, a manutenção do comportamento favorável da inflação e a continuidade do ritmo da flexibilização da política monetária”.

Em outro ponto de seu discurso, Goldfajn afirmou que a economia brasileira apresenta hoje maior resiliência, “devido à situação mais robusta de seu balanço de pagamentos e ao progresso no processo desinflacionário e na ancoragem das expectativas”.

“A continuidade dos ajustes e reformas será importante para o equilíbrio da economia, com consequências favoráveis para a desinflação, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia brasileira”, acrescentou Goldfajn, na parte final de seu discurso.

Embora o evento do Goldman Sachs tenha sido fechado à imprensa, o Banco Central publicou, em sua página na internet, os apontamentos feitos por Goldfajn no fim da tarde de hoje.

Reformas

Ilan retomou, durante seu discurso, a ideia contida nos últimos documentos da instituição: a de que o fator de risco principal é a incerteza sobre a velocidade do processo de reformas.

Ele também repetiu a avaliação de que o cenário externo permanece favorável, embora haja riscos associados à normalização da política monetária em algumas economias centrais.

Ao mesmo tempo, lembrou que há riscos que podem reduzir a inflação. “A acentuada desinflação dos preços de alimentos e de preços industriais pode ter efeitos secundários (isto é, além do impacto direto) na inflação. Notadamente, essa desinflação pode contribuir para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia”, afirmou.

Para o presidente do BC, também é preciso monitorar “o ritmo de recuperação da economia, que pode ser mais (ou menos) demorado e gradual do que o antecipado”.

Taxa estrutural

Ilan afirmou que há "substancial incerteza" nas estimativas para a taxa estrutural da economia – aquela em que, teoricamente, permite o crescimento, sem gerar inflação. Segundo ele, essas estimativas precisam ser "continuamente reavaliadas".

"É necessário continuar os esforços de reduzir a taxa de juros estrutural da economia. Nesse sentido, a aprovação e a implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal e creditícia, e de ajustes na economia brasileira que mantenham as contas públicas em equilíbrio são fundamentais para a sustentabilidade da desinflação e para o funcionamento pleno da política monetária", afirmou Goldfajn, retomando ideia contida em documentos mais recentes do Banco Central.

Ele também reforçou que a extensão do ciclo de corte de juros "dependerá de fatores conjunturais e das estimativas da taxa de juros estrutural da economia brasileira". "A evolução do processo de reformas e ajustes necessários na economia (principalmente das fiscais e creditícias) é importante para a queda das estimativas da taxa de juros. Essas estimativas continuarão a ser reavaliadas pelo Copom ao longo do tempo", acrescentou.

Ilan faz defesa da TLP e reforça mensagem de possível manutenção do ritmo de corte na Selic

04/08/2017 – Fonte: Reuters

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reforçou nesta quinta-feira a mensagem de que o BC poderá repetir o corte da Selic em 1 ponto percentual em sua próxima reunião e fez uma defesa enfática da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá a TJLP nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em conferência organizada pelo banco Goldman Sachs, Ilan afirmou que olhando para o passado não deveria se estranhar que a TLP oscile em torno da Selic, dado que a Selic é próxima, ou um pouco abaixo, do custo de oportunidade do Tesouro. Mas sublinhou que o "olhar para o passado é enganoso".

"É importante destacar, olhando para o futuro, que a melhor dinâmica fiscal com subsídios menores e mais previsíveis diminuirá o risco Brasil associado às taxas de juros no Brasil", disse Ilan, conforme apresentação divulgada no site do BC.

"Além disso, a maior potência da política monetária fará a economia mais estável. Em particular, a inflação e a taxa de juros básica serão menos voláteis, reduzindo risco dos juros advindos da incerteza econômica", acrescentou.

Em apresentação recente, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, apontou que a aplicação da TLP em cálculo retroativo ilustra a volatilidade excessiva da taxa, que teria ficado acima da taxa básica de juros na maior parte do tempo caso tivesse sido implementada em 2004.

A partir do exercício da IFI, que é ligada ao Senado, novas discussões entre economistas sobre a TLP vêm ganhando corpo.

Nesta quinta-feira, Ilan também defendeu que a TLP ajudará a proteger os recursos do trabalhador no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

"O FAT tem apresentado déficit da ordem de 18 bilhões de reais por ano, sendo que a TLP garantirá maior rentabilidade aos recursos do fundo, lhe aportando cerca de 15 bilhões de reais por ano", disse.

Pela proposta original do governo, a TLP seria composta pela variação da inflação medida pelo IPCA e por taxa de juros real prefixada de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional-Série B (NTN-B).

A ideia é que em 1º de janeiro do ano que vem, a TLP seja igualada à TJLP vigente e, a partir daí, a nova taxa siga sua sistemática própria, para em cinco anos convergir gradualmente para remuneração integral da NTN-B.

PRÓXIMOS PASSOS

Em relação à condução da política monetária, Ilan voltou a dizer que a manutenção do ritmo da queda da taxa de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em setembro, dependerá da permanência das condições descritas no cenário básico e de estimativas da extensão do ciclo, em meio ao forte processo de desinflação em curso e da retomada ainda anêmica da economia.

No fim de julho, o BC cortou a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, a 9,25 por cento ao ano, mantendo o ritmo de afrouxamento e sugerindo que poderá repetir a dose daqui para frente.

Um dia após a Câmara dos Deputados ter rejeitado a denúncia contra o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção com o apoio de pouco mais da maioria absoluta dos parlamentares, Ilan disse que as condições econômicas se mantiveram apesar do impacto sobre os índices de confiança do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia.

"Isso permitiu a manutenção do ritmo de estabilização e recuperação gradual da economia, a manutenção do comportamento favorável da inflação e a continuidade do ritmo da flexibilização da política monetária", afirmou.

Consumo de energia elétrica no Brasil cai 2,2% em julho, diz CCEE

04/08/2017 – Fonte: Reuters

O consumo de energia elétrica no Brasil caiu 2,2 por cento no mês de julho, na comparação com o mesmo período de 2016, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) divulgados nesta quarta-feira.

No mercado cativo, em que o consumidor é atendido pelas distribuidoras de energia, houve queda de 6,8 por cento no consumo, com impacto da migração de clientes para o mercado livre, onde eles podem negociar contratos diretamente com geradores.

O mercado livre, por sua vez, apresentou alta de 10 por cento no consumo, resultado desta movimentação de clientes.

Moody's diz que déficit de R\$ 159 bi não afeta credibilidade do governo

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma eventual mudança na meta fiscal de 2017, que hoje prevê um rombo de até R\$ 139 bilhões nas contas do governo, não representaria uma perda de credibilidade da equipe econômica, disse Samar Maziad, vice-presidente e principal analista para o Brasil da agência de classificação de risco Moody's.

O governo já trabalha com a possibilidade de elevar a meta para um rombo de até R\$ 159 bilhões, mesma cifra do ano passado – o que, na avaliação de Maziad, "não será uma alteração significativa", pois esse resultado negativo do Orçamento como proporção do PIB passaria de 2,4% para 2,5%.

"A equipe econômica enfatiza a agenda de reformas de médio prazo e a solidez da economia", apontou. "Se depois ocorrerem mudanças e mais mudanças de meta fiscal será outra história."

Para a vice-presidente da agência de classificação de risco, a credibilidade da equipe econômica e do governo está mais relacionada à aprovação de reformas estruturais, sobretudo as que vão corrigir a trajetória da expansão dos gastos públicos no médio prazo, como a da Previdência. "Eventos políticos podem ter enfraquecido o embalo da reforma da Previdência", comentou, numa referência às denúncias do empresário Joesley Batista contra o presidente Michel Temer.

Na avaliação de Samar, dois fatores ajudariam a melhorar as contas públicas no curto prazo: a volta do crescimento do País e a redução dos juros com a inflação sob controle, o que já ocorre com o movimento de distensão de política monetária que está sendo realizado pelo Banco Central. "As reformas fiscais são importantes no médio prazo, para conter despesas do governo", afirmou.

A Moody's rebaixou a perspectiva do Brasil de neutra para negativa em maio, depois que foram divulgados diálogos de Joesley Batista com o presidente Temer. A nota BB foi mantida. Perguntada sobre o que será necessário para que a perspectiva do País receba uma elevação e volte para a estabilidade ela foi direta: "Melhora da economia, com retomada do crescimento, inflação em baixa permitindo redução de juros e o progresso de reformas." Ela apontou que uma reavaliação da perspectiva pode ocorrer num horizonte entre 12 e 18 meses, ou seja, entre maio e novembro de 2018.

Previdência

Samar destacou que aprovação da reforma previdenciária será um bom sinal para o perfil de crédito soberano do Brasil. "Será grande avanço a aprovação da proposta da Previdência alterada pelo Congresso", comentou. "Para ocorrer a mudança do rating soberano são necessários outros fatores, como a evolução do quadro econômico e o progresso das reformas estruturais."

Samar Maziad referia-se ao projeto substitutivo do relator da matéria na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), que foi aprovado pela Comissão Especial da Reforma da Previdência na segunda semana de maio. A proposta fixa idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem, mas essas idades serão alcançadas até 2038. Está previsto também um aumento paulatino do tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

O governo vai retomar as negociações sobre a reforma no Congresso e pretende aprovar a proposta até outubro.

Pedidos de recuperação judicial na capital paulista caem 36,4% no 1º semestre

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os pedidos de recuperação judicial por empresas na cidade de São Paulo sofreram um recuo de 36,4% no primeiro semestre de 2017 em comparação ao volume registrado em igual período do ano passado, revela um estudo da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), elaborado a partir de dados da Boa Vista SCPC. Nos seis primeiros meses deste ano, foram registrados 56 pedidos de recuperação judicial, enquanto, no período equivalente de 2016, o número chegou a 88.

Os setores de Comércio e Indústria, conforme o levantamento, apresentaram um recuo dos pedidos de recuperação maior do que a média, chegando a 64,7% e 44,4%, respectivamente. Por outro lado, o setor de serviços apresentou alta expressiva de 47,4%.

Enquanto isso, os pedidos de falência tiveram queda de 11,8% na mesma base de comparação, passando de 212 para 187. "A gestão financeira das companhias está melhor, demonstrando que houve preocupação com a organização das contas, de forma que não assumissem nenhuma grande dívida ou compromisso que não pudesse ser pago. O fluxo de caixa está mais equilibrado", explica, em nota, o presidente da ACSP, Alencar Burti.

Ao decompor os dados de pedido de falência por setor de atividade, foi verificada uma queda de 29% na Indústria; recuo de 10% no Comércio; e alta de 2,7% em Serviços. "Indústria e comércio são setores mais dinâmicos e acompanham mais a melhora da conjuntura. A produção industrial subiu 0,9% no primeiro trimestre e as retrações estão diminuindo na indústria e no varejo", comenta Burti. Já o desempenho do setor de Serviços, explica, reflete a maior dependência em relação à atividade interna.

O alívio na situação financeira das empresas, diz o executivo, contribui com a percepção de que o País começa a sair da "situação de calamidade" pela qual passou nos últimos anos.

"Em geral os dados são bons e apontam que a economia está saindo da recessão, mas ainda não podem ser projetados em função do agravamento das crises política e institucional que o País enfrenta", pondera Burti.

Governo promete impulso para votar reformas neste ano

04/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

Um dia depois de a Câmara dos Deputados barrar a denúncia apresentada contra o presidente Michel Temer, o governo indicou disposição para retomar a discussão da reforma da Previdência no Congresso e trabalhar por sua aprovação ainda neste ano. Em entrevista após participar de um evento do banco de investimentos Goldman Sachs, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quinta (3) que a reforma da Previdência pode ser aprovada até outubro e que uma reforma do sistema tributário pode ser votada logo em seguida, até novembro.

"Idealmente, espera-se que a Previdência seja votada em primeiro lugar", afirmou. "Mas estamos trabalhando duro na reforma tributária e ela vai ser apresentada ao Congresso proximamente. Se até lá a Previdência não tiver sido votada, a gente pode votar a tributária primeiro." Em entrevista à BandNews, Temer disse que se sente fortalecido para trabalhar pela reforma após a vitória na Câmara.

Votaram a favor de Temer 263 dos 513 deputados federais. Para aprovar a reforma da Previdência, que envolve mudanças na Constituição, são necessários 308 votos. "Eu me sinto fortalecido", afirmou. "Muitos que votaram contra [mim] são favoráveis à reforma da Previdência." Enviada ao Congresso em dezembro, a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo estabelece idade mínima para aposentadoria de todos os trabalhadores, restringe o acesso a benefícios e muda regras para os servidores públicos também.

A reforma é rejeitada por 71% da população, segundo o Datafolha. A proposta original do governo foi alterada de forma significativa pela Câmara, que deixou um novo projeto pronto para votação em maio, antes que as acusações feitas pelos donos da JBS contra Temer provocassem uma crise política e paralisassem a discussão das reformas. Muitos integrantes da base governista no Congresso são contrários à reforma, mesmo na versão diluída apresentada após as negociações entre o governo e os deputados.

Em reunião nesta quinta (3), o vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), disse a Temer que o governo deveria colocar em votação apenas a idade mínima, deixando o resto da reforma para outra hora. "Não adianta [tentar] convencer o

inconveniente, porque há muitas dificuldades", disse à reportagem. Em resposta, o presidente afirmou que pretende avaliar o momento certo para colocar a proposta em votação, disse Ramalho. Deputados de partidos que ajudaram a defender Temer na Câmara, como DEM, PSD, PR e PRB, concordam com Ramalho.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta quinta (3) que tudo vai depender da reorganização da base governista após a vitória de Temer na Câmara. "O governo tem hoje uma base menor", afirmou Maia, após participar do mesmo evento do Goldman Sachs em que Meirelles falou.

"Mas teve um resultado melhor do que todos projetavam quatro semanas atrás. Agora, se projetar um futuro, você vê que, para votar as reformas, principalmente a da Previdência, o governo vai precisar reorganizar a base", acrescentou. O principal objetivo do governo com a reforma da Previdência é frear o crescimento acelerado da despesa com aposentadorias e pensões, a que mais cresce no setor público, e conter o rombo nas suas contas.

Reforma da Previdência deverá ser diluída para ter chances, diz Anastasia

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou nesta quinta-feira, 3, que, tendo como base o placar da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer, na noite de quarta-feira, a proposta da reforma da Previdência tende a ser bastante diluída para ter sucesso na aprovação.

"A dificuldade já é notória, acho que a proposta atual precisa ser modificada na Câmara, declarou o tucano, que participou do 6º Simpósio de Direito Empresarial da Aliança de Advocacia Empresarial (Alae), em São Paulo.

Anastasia acrescentou que é possível que ela seja reduzida à implementação de uma idade mínima para aposentadoria e que a tarefa de terminar a reforma fique para o próximo presidente.

Na quarta, a Câmara rejeitou a denúncia contra o presidente Temer por 263 votos contra 227. O placar governista ficou aquém dos 308 votos necessários para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), como é o caso da reforma previdenciária.

Após participar de uma das mesas de debate no evento, o senador mineiro disse que a vitória de Temer na quarta era esperada e deve marcar uma volta à normalidade. Ele não quis comentar a postura do PSDB na votação, que evidenciou a forte divisão do partido. Dos 47 deputados da bancada, 22 foram contra a denúncia, 21 a favor e quatro se ausentaram.

'Expectativa é aprovar reforma da Previdência até outubro', diz Meirelles

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, minimizou os votos favoráveis à denúncia contra o presidente Michel Temer na sessão da Câmara dos Deputados de quarta-feira, 2, e informou que a expectativa do governo é aprovar até outubro a reforma da Previdência e até, no máximo, novembro a reforma tributária.

"A tributária vai depender de ela ser apresentada, mas claramente se espera que seja neste ano (...) A Previdência em outubro e a tributária idealmente até outubro, mas se for novembro também, tudo bem", afirmou o ministro ao ser questionado sobre o prazo da aprovação das reformas.

O placar da sessão que votou na quarta-feira a denúncia contra Temer, feita pela Procuradoria-Geral da República, mostrou apoio ao presidente suficiente para barrar o processo, mas não o bastante para aprovar matérias que dependem do apoio de dois terços do Congresso, caso da reforma da Previdência.

Meirelles avaliou, porém, que a sinalização dada na quarta pelos deputados não foi "necessariamente negativa", considerando que a rejeição ao governo não significa falta de apoio às reformas. "Reforma dessas, como a trabalhista ou a da Previdência, não é simplesmente uma questão de quem é a favor ou contra o governo. Vai além disso. Acreditamos ainda assim na viabilidade da aprovação", comentou Meirelles, em entrevista à imprensa concedida após participação em evento do Goldman Sachs na capital paulista.

Segundo ele, a expectativa é que a reforma da Previdência seja votada antes da tributária. Ele ponderou, contudo, que o governo está trabalhando duro na reforma tributária, que será apresentada ao Congresso em breve. "Se até lá a Previdência não tiver sido votada, a gente pode perfeitamente votar a tributária primeiro", informou.

Questionado se haverá mais concessões na reforma que muda as aposentadorias, Meirelles respondeu que o relatório aprovado pela comissão especial da Câmara, que já reduziu em 25% a economia prevista na proposta original encaminhada pelo Executivo, está "a princípio" adequado. "Achamos que funciona, mas não há muita margem para baixar isso".

Meirelles: Vamos seguir trajetória de reformas para garantir crescimento forte

04/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Após dois dias sem usar o Twitter, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou nesta sexta-feira, 4, à rede social para afirmar que o governo continuará a agenda de reformas na economia. "Vamos seguir com a trajetória de reformas que irão garantir crescimento forte e sustentável do Brasil. Estamos concluindo medidas voltadas para a melhoria da competitividade da economia brasileira", disse Meirelles.

O ministro repetiu que a equipe econômica tem uma agenda de medidas com o objetivo de reduzir a burocracia e melhorar as condições da produção. Ele voltou a citar, entre elas, a nova lei de recuperação judicial e o cadastro positivo, que, segundo ele, irão baratear o custo dos empréstimos.

"Tudo isso será feito para garantir crescimento de longo prazo, geração de emprego e melhoria de renda para os brasileiros", completou Meirelles.

Meirelles: compromisso do governo é cumprir a meta fiscal de R\$ 139 bi

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reforçou nesta quinta-feira, 3, que o compromisso do governo ainda é o de cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões para 2017. "É o nosso objetivo", disse a jornalistas após fazer palestra em evento do Goldman Sachs em São Paulo.

"Estamos analisando quais foram as razões da queda da arrecadação no primeiro trimestre, que gerou essa incerteza em relação à meta", afirmou o ministro. Uma das causas importantes para a redução da arrecadação do governo, ressaltou ele, foi a diminuição da inflação para abaixo da meta do Banco Central.

A expectativa de que a inflação volte para um nível mais perto da meta do BC em 2018 é um fator que será positivo para a arrecadação, disse Meirelles. Outro fator que

contribuiu para a queda das receitas do governo, mas também mostra sinais de estar chegando ao fim, é o da absorção de prejuízos por bancos e empresas por conta da recessão de 2015 e 2016.

“A arrecadação em junho já retomou um pouco e nossa expectativa é que a retomada da arrecadação possa resolver essa questão (de cumprir a meta fiscal)”, afirmou Meirelles. “Mas estamos observando com muito cuidado e muita atenção a evolução da arrecadação para saber se são necessárias medidas adicionais.”

Com relação aos questionamentos de algumas entidades e da própria Justiça sobre a elevação do PIS/Cofins dos combustíveis como uma estratégia para cumprir a meta fiscal de 2017, o ministro ressaltou que é “uma discussão normal”. “O parecer da Advocacia-Geral da União é que neste caso o aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis pode ser feito por decreto”, afirmou.

Meirelles fez palestra para investidores hoje em evento do Goldman Sachs e, segundo ele, prossegue o interesse de se investir no Brasil. “Essa trajetória toda de reformas cria um ambiente extremamente positivo para o País voltar a crescer e gerar emprego. Isso começa de fato a acontecer.”

No evento, uma das dúvidas dos investidores foi sobre os próximos passos do governo e a expectativa da equipe econômica para o avanço das reformas, segundo contou Meirelles. O ministro falou aos investidores sobre esforço do governo para fazer microrreformas, que reduzam a burocracia e melhorem o ambiente de negócios. “É uma agenda bastante positiva, que mostra nossa disposição de continuar perseguindo essa agenda de reformas.”

Maia discutirá a partir da próxima semana reforma tributária com relator

04/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após comandar a sessão da Câmara que barrou na quarta-feira, 2, a denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB), o presidente da casa legislativa, Rodrigo Maia (DEM), disse nesta quinta-feira, 3, que volta a discutir na semana que vem a reforma tributária com o relator da matéria, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Ele também adiantou que a reforma política começará a ser tratada nas próximas duas semanas.

Antes de participar de evento promovido pelo Goldman Sachs na capital paulista, Maia afirmou em entrevista a jornalistas que será bom se a reforma tributária puder evoluir paralelamente à da Previdência. “O Brasil perde muito em produtividade e segurança jurídica porque tem um sistema tributário complexo e difícil, que gera custos absurdos”, frisou o deputado.

Na votação de quarta, o governo teve votos suficientes para derrubar a denúncia, mas Temer precisará ter apoio maior – de dois terços do Congresso – para aprovar propostas de emenda constitucional, casos da reforma da Previdência e tributária. Na entrevista, Maia cobrou do governo a reconstrução da base aliada para dar andamento à agenda reformista, na qual, segundo ele, o PSDB terá papel “decisivo”.

“É importante deixar a denúncia para trás e olhar para frente”, defendeu o presidente da Câmara. Ele lembrou que cinco deputados do DEM, seu partido, votaram a favor da investigação de Temer. Porém, considerou que eles não representam a posição majoritária da sigla e que será possível recuperar três ou quatro votos na votação das reformas.

Na palestra que fará no evento do Goldman Sachs, o presidente da Câmara adiantou que vai reafirmar aos investidores a importância da agenda de mudanças estruturais, da simplificação do sistema tributário e da reorganização do Estado. “O Brasil precisa

reformular seu Estado, reduzir seus gastos e construir leis que fortaleçam a segurança jurídica.”

Maia informou ainda que conversou rapidamente com o presidente Temer após a votação da denúncia. Segundo relatou o deputado, Temer ligou para agradecer pela condução da sessão. “Disse que era meu papel”, afirmou o parlamentar, que não quis comentar as emendas liberadas pelo Planalto a deputados para garantir o arquivamento da denúncia por corrupção passiva.

Vale diz que não há tratativas para adquirir ativos da CSN

04/08/2017 – Fonte: Reuters

A mineradora Vale disse que "não há em curso e nunca houve qualquer tratativa" na companhia sobre uma eventual compra de ativos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), incluindo a mina de Casa de Pedra, segundo comunicado da companhia ao mercado nesta sexta-feira.

O site da revista Época Negócios publicou mais cedo nesta sexta-feira que a ideia de uma parceria com o braço de mineração da CSN "começa a ser avaliada" na Vale, com foco na compra da subsidiária da siderúrgica que opera a Casa de Pedra e ativos de logística.

Toyota anuncia aliança com a Mazda

04/08/2017 – Fonte: EM.com

A Toyota anunciou nesta sexta-feira um acordo de associação com a Mazda após dois anos de negociações, que inclui uma fábrica conjunta nos Estados Unidos, o desenvolvimento de tecnologias para veículos elétricos e participações cruzadas.

Além do investimento conjunto de 1,6 bilhão de dólares para construir a fábrica americana, a Toyota vai adquirir em outubro novas ações da Mazda por um valor de 457 milhões de dólares.

O objetivo é alcançar uma participação de 5,05% na Mazda, que também investirá no capital da Toyota.

BMW supera previsões de lucro no 2º tri

04/08/2017 – Fonte: Reuters

A montadora de luxo alemã BMW teve alta de 7,5 por cento no lucro do segundo trimestre, acima das previsões, à medida que as vendas de motocicletas e a demanda pelo novo modelo 5 series ajudaram a compensar a desaceleração da demanda por carros de luxo nos Estados Unidos.

A BMW espera um sólido crescimento na receita anual do segmento automotivo, prevendo "impulso adicional" nas vendas do segundo semestre, à medida que a nova versão do 5 series é lançada em mercados como a China.

O lucro do grupo antes de juros e impostos (Ebit) aumentou para 2,92 bilhões de euros, acima dos 2,82 bilhões estimados por analistas numa pesquisa da Reuters.

A BMW afirmou sua previsão para ligeira alta no lucro antes de impostos do grupo no ano e uma margem operacional de 8 a 10 por cento no negócio automotivo, que foi de 9,7 por cento no segundo trimestre, alta ante os 9,5 por cento no ano anterior.

Renault lança carro de R\$ 30 mil que será vendido apenas pela internet

04/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Com novos conceitos de carro popular e forma de venda, a marca francesa Renault pretende se aproximar mais das cinco maiores fabricantes brasileiras e aumentar sua fatia no mercado, hoje de 7,3% no segmento de automóveis e comerciais leves, o que a coloca em sétimo lugar no ranking.

O Kwid, carro subcompacto com estilo de utilitário-esportivo (SUV) foi lançado ontem com preço a partir de R\$ 30 mil. Só não é o mais barato do mercado porque o Chery QQ, com vendas insignificantes, custa R\$ 26 mil. Até o fim do ano, o modelo da Renault será vendido apenas pela internet.

A empresa acredita que o Kwid, fabricado em São José dos Pinhais (PR), em breve será o carro-chefe da marca, posição hoje do Sandero, com 45.530 unidades vendidas neste ano. O novo modelo também é a aposta da Renault para alcançar uma fatia de 8% a 10% do mercado, uma antiga meta da marca.

“Nosso objetivo estratégico é chegar ou até ultrapassar os 8% de participação”, diz o presidente da Renault América Latina, Olivier Murguet. O investimento da marca no lançamento do Kwid é uma demonstração do que a empresa espera do modelo (leia ao lado).

Tratado como SUV dos compactos, o Kwid disputará mercado principalmente com Fiat Mobi e Volkswagen up!, cujos preços partem de R\$ 34,2 mil e R\$ R\$ 38 mil, respectivamente. A versão intermediária custa R\$ 35 mil e a mais cara, R\$ 40 mil, por isso também estão na lista de concorrentes Fiat Uno, Ford Ka e Gol, todos com preços acima desse patamar.

Segurança

O Kwid foi desenvolvido em parceria entre profissionais do Brasil, França e Índia – onde começou a ser fabricado em 2016. A criação da versão brasileira, apesar de ter a mesma plataforma e design, “partiu do zero”, afirma Luiz Pedrucci, o primeiro brasileiro a assumir a presidência da Renault no País.

Tendo como pilares preço, espaço interno e segurança, a empresa foi atrás de materiais diferenciados, como motor com bloco de alumínio, que reduziu seu peso e, conseqüentemente, o consumo de combustível. Todas as versões têm sistema Isofix para fixação de cadeirinhas infantis e quatro airbags.

Embora tenha esses itens de segurança, o mais barato não tem, por exemplo, ar condicionado, vidros elétricos, direção elétrica e rádio. Vem, como se diz no setor, “pelado”. “É o mais alto da categoria (18 cm do solo), tem posição elevada de dirigir e o maior porta-malas”, contrapõe Antonio Fleischmann, diretor de Projetos.

Cerca de 70% das peças usadas na produção são nacionais e o restante é importado de diferentes países, incluindo a Índia.

A altura, assim como os ângulos de entrada (24 graus) e de saída (40 graus) elevados levaram o Inmetro a classificar o modelo como SUV. Por motivos semelhantes, o órgão também inclui nessa categoria modelos como o Volkswagen CrossFox e o Ford Ka Trail, embora o mercado não os considerem utilitários.

A versão brasileira será exportada para países da América do Sul, começando ainda este ano com a Argentina e o México, segundo Murguet.

Outro termômetro para a Renault de que o novato será bem recebido pelos consumidores foi o resultado da sua pré-venda, iniciada em junho. "Recebemos quatro vezes mais pedidos do que prevíamos", informa Pedrucci, sem revelar números.

O consumidor podia fazer reserva pela internet, pagando R\$ 1 mil em até três prestações. Esse modelo será mantido até o fim do ano, o que elimina custos com estoques. Quem comprar agora receberá o produto entre outubro e novembro.

Investimentos

O gasto para o desenvolvimento do Kwid nacional está incluído no plano de investimentos de R\$ 2 bilhões que a marca programou para o período 2011-2019. Na terça-feira, a montadora anunciou aporte extra de R\$ 750 milhões para uma nova unidade que vai produzir blocos e cabeçotes de alumínio para motores e na ampliação da fábrica de motores.

A unidade de automóveis – que também produz Sandero, Logan, Duster, Captur e Oroch – e a de comerciais leves, que faz o Master, têm capacidade para produzir 380 mil veículos por ano e opera com cerca de 80% desse potencial, em três turnos. Para iniciar o terceiro turno, em maio, o grupo contratou 700 funcionários e agora abriu mais 600 vagas, o que elevará o quadro para 6,9 mil trabalhadores.

Renault Kwid quer ser SUV popular

04/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Em toda comunicação e publicidade do seu novo carro de entrada, a Renault aposta todas as suas fichas para convencer os consumidores de que o Kwid é realmente um SUV, porque se conseguir pode tornar o carro um campeão de vendas, que está a um só tempo na faixa de preços mais baixa do mercado e no segmento de maior sucesso.

Há alguns anos, o Kwid teria sido lançado como versão cross aventureira de um hatch compacto, mas com o boom do mercado de utilitários esportivos, ele já foi projetado para nascer sem escalas como um microsuv urbano.

A Renault justifica o colar a classificação SUV no Kwid ao destacar seus traços de design mais "musculosos" e relatar as medidas do carrinho, com altura do solo (180 mm) maior que a de um hatch comum, além de ângulos de entrada (24°) e de saída (40°) próprios de um veículo mais disposto a enfrentar solos irregulares – no caso, os endêmicos buracos, valetas, lombadas e toda sorte de irregularidades encontradas em ruas brasileiras e de outros países subdesenvolvidos, como a Índia, onde o Kwid foi inicialmente projetado e vendido.

A Renault também destaca a posição de dirigir pouco mais elevada e o espaço interno do Kwid proporcionado pela distância entre eixos de 2,42 metros, além de porta-malas de 290 litros, acima dos concorrentes diretos VW Up! e Fiat Mobi. (Sim, a montadora insiste que trata-se de um SUV, mas só o compara com hatches subcompactos.)

Na prática, em um curto teste por ruas de São Paulo, o Kwid mostrou ser bastante mais apertado e espartano do que sua propaganda sugere. Se o motorista medir acima de 1,80 m e ajustar o banco (sem regulagem de altura) para seu conforto, quem vai atrás deve ter medida 20 centímetros menor para não roçar os joelhos no encosto do banco da frente.



VERSÕES

Apesar do acabamento rústico, dá para ter alguma dignidade dentro do Kwid, mas só se a versão escolhida for no mínimo a intermediária **Zen (R\$ 35.390)**, que vem equipada de série com direção elétrica, ar-condicionado, acionamento elétrico de travas e vidros dianteiros, rádio com Bluetooth e entradas USB e AUX. Segundo a Renault, esta foi até agora a versão mais procurada na pré-venda do modelo aberta desde junho, escolhida por metade dos clientes que reservaram o carro.

Melhor equipada, a opção topo de linha **Intense (R\$ 39.990)** respondeu por 40% das reservas. Agrega retrovisores elétricos, faróis de neblina, central multimídia Media NAV 2.0 com navegação e câmera de ré, abertura elétrica do porta-malas, rodas de liga leve 14" e chave dobrável.

Muito espartano, o Kwid Life (R\$ 29.990) de entrada teve só 10% das reservas. O modelo não tem sequer direção assistida, que a Renault só irá oferecer como opcional a partir de setembro, assim como o ar-condicionado.



SEGURANÇA E ECONOMIA

Para os mercados latino-americanos a Renault trabalhou melhor na segurança do Kwid, que foi muito mal em teste de colisão realizado pelo Global NCAP na Índia, onde não usa airbags e mostrou estrutura frágil. Aqui o Kwid ficou mais pesado, porque incorporou 30% de aços de alta resistência na carroceria e todas as versões vêm de série com dois airbags frontais (obrigatórios por lei no Brasil) e dois laterais para os ocupantes da frente – algo não obrigatório e inédito na categoria na região.

O carro também tem para os assentos dianteiros cintos de segurança com pré-tensionador pirotécnico e dois fixadores Isofix de cadeirinhas infantis. Também obrigatórios por aqui, os freios com ABS (antitravamento de rodas) ajudaram a melhorar o padrão de segurança do Kwid brasileiro.

Todas as versões do Kwid usam o moderno motor flex S Ce 1.0 de três cilindros, 12 válvulas, duplo comando de válvulas (DOHC) e bloco em alumínio, que desenvolve 70 cavalos (com etanol), suficientes para carregar bem apenas 758 kg de peso do veículo. O modelo também estreia a transmissão manual de cinco marchas SG1, mais leve e eficiente. já introduzido pela Renault no fim do ano passado nas linhas 2017 do Sandero e Logan.

Muito leve e com essa motorização o Kwid é dos mais econômicos do País, ganhou nota A na classificação do Inmetro/Conpet, com consumo medido de 10,3/14,9 km/l

(etanol/gasolina) na cidade e de 10,8/15,6 km/l na estrada. Ajudam na economia os indicadores de troca de marchas e de condução, também de série.

As vibrações irregulares do propulsor tricilíndrico são bastante sentidas no volante quando está em marcha lenta, mostrando que o isolamento é insuficiente.



PROJETO DE BAIXO CUSTO

O novo carro popular lançado agora no Brasil nasceu do projeto da plataforma global CMFA, que começou a ser desenhada para países emergentes ou subdesenvolvidos há seis anos pela Aliança Renault-Nissan, dando origem entre outros modelos ao Renault Kwid e ao Datsun (marca popular da Nissan) Redi Go, ambos introduzidos primeiro no mercado indiano.

Antonio Fleischmann, diretor de projetos da Renault América Latina, conta que o Kwid foi desenvolvido sob o conceito de "inovação reversa frugal". Segundo ele, normalmente as montadoras retiram conteúdo de plataformas desenvolvidas no exterior para adaptar carros a países de baixo poder aquisitivo. "Na inovação reversa parte-se do princípio contrário, focando no cliente local desde o início, para reduzir os custos ao máximo", explica.

A Aliança Renault-Nissan criou um time global 100% dedicado a esse conceito de projeto, com o objetivo de reduzir ao máximo a massa dos modelos e assim baixar os custos de produção. Seguindo esse princípio, no Brasil uma equipe de 290 engenheiros dedicou 200 mil horas de desenvolvimento para o Kwid, que rodou 1 milhão de quilômetros e passou por 35 testes de colisão.

Montadoras de carros alemães vivem 'momento iPhone' na luta com Tesla

04/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Novo Tesla Model 3 foi apresentado na Califórnia no ano passado

Há muita demanda pelo novo Tesla Model 3. A questão é se Elon Musk será capaz de produzir o novo carro em volume suficiente. BMW e Daimler têm o problema oposto: elas são boas na produção de carros diesel, mas quem os quer?

Depois de décadas de sucesso, e de domínio do mercado mundial de carros de luxo por meio de maravilhas da engenharia e designs impecáveis, as montadoras de automóveis da Alemanha agora estão diante de seu 'momento iPhone'. Como a BlackBerry e a Nokia, no passado, elas se veem diante de uma companhia americana oferecendo um produto elegante baseado em tecnologia superior.

Executivos da BMW, Daimler e Volkswagen se reunirão com ministros alemães nesta quarta-feira (2), em Berlim, em uma "conferência de cúpula do diesel", para discutir como mitigar o desastre tecnológico que o setor infligiu a si mesmo. Talvez nem devessem se incomodar em fazê-lo: o diesel está morrendo, e a única questão é quanto tempo vai demorar para que isso aconteça.

O Model 3, vendido por US\$ 35 mil, está assumindo o manto de liderança antes vestido pela emblemática indústria automobilística alemã. As montadoras americanas jamais ofereceram concorrência real no segmento de carros de luxo: um Cadillac não é um Mercedes. Mas Musk encarou sem hesitação o desafio que Detroit evitou por muito tempo: ele já tem 400 mil pré-encomendas para seu novo carro, que entrou em produção no mês passado, em uma fábrica na baía de San Francisco, bem diante do Vale do Silício.

INVESTIGAÇÃO

O fundador da Tesla é um showman que costuma prometer demais, mas o destino parece o estar favorecendo. Ele não poderia ter escolhido momento melhor para começar a vender seu primeiro carro voltado ao mercado de massa. Não só a Volkswagen está envolvida em um escândalo sobre seu uso ilegal de software para disfarçar as emissões de poluentes de seus veículos a diesel como as cinco maiores montadoras alemãs de automóveis estão sob investigação pelas autoridades europeias quanto à possível formação de um cartel para compra de componentes.

A investigação quanto ao cartel, revelada pela revista alemã "Der Spiegel", expõe a cultura consensual da Alemanha, de cooperação entre empresas, fornecedores, instituto de pesquisa e o governo. Embora ela tenha produzido resultados invejáveis, como aconteceu com a tradição dos keiretsu, alianças industriais entre empresas japonesas, os acordos legítimos quanto a padrões tecnológicos podem ter degenerado e terminado em conluio.

A questão é determinar por que as montadoras promoviam suas reuniões, para começar. Elas podem ter violado a lei, por exemplo, ao reduzir o tamanho dos tanques de um componente químico usado para limitar as emissões de dióxido de nitrogênio de motores diesel, ainda que a BMW negue que isso tenha acontecido. Mas por que haveria necessidade de acordo quanto ao uso de componentes comuns?

A resposta é que produzir um carro com motor de combustão interna é uma tarefa infernalmente complexa, e as montadoras dependem de redes intrincadas de fornecedores. Isso se aplica especialmente quando elas precisam empregar tecnologia para reduzir as emissões dos motores diesel. Qualquer coisa que simplifique o processo, e por extensão o barateie, cai como uma luva, para uma montadora convencional.

Vista sob essa luz, a Tesla tem vantagem crucial sobre suas concorrentes alemãs. É mais fácil produzir um carro elétrico do que um carro com motor de combustão interna, porque o primeiro tem muito menos componentes.

Musk estima que o Model 3 tenha entre seis mil e sete mil componentes, enquanto o Goldman Sachs estima que um veículo convencional tenha 30 mil componentes.



SIMPLIFICAÇÃO

Musk teria muito menos razões para participar de um cartel de autopeças, mesmo que quisesse. A Tesla ainda está aprendendo a produzir carros em larga escala – sua

produção foi prejudicada pela escassez de baterias – e prevê que enfrentará seis meses de "inferno industrial" para acelerar a produção ao ponto que lhe permitirá atender às encomendas do Model 3. Mas a linha de montagem da empresa é inerentemente mais limpa e mais simples.

Musk tentou simplificá-la ainda mais ao produzir o mais importante componente de forma direta —a Tesla construiu uma imensa fábrica de baterias no Estado do Nevada, em parceria com a Panasonic, e planeja outras. Musk quer estender ainda mais a integração, convencendo os compradores a montarem tetos solares em suas casas, para carregar baterias capazes de propelar carros elétricos.

A estratégia de integração maior adotada pela Tesla ecoa a da Apple, que produz os próprios chips para celulares e cria seu próprio software. Outro eco é a maneira pela qual elas exploram a mudança na tecnologia – para a Tesla, a transição dos motores de combustão interna para os elétricos; para a Apple, a evolução da telefonia 2G para a banda larga móvel, quando do lançamento do iPhone, em 2007.

As montadoras de automóveis podem se mostrar mais adaptáveis que a Nokia e Blackberry diante do desordenamento tecnológico. Elas aceleraram suas iniciativas de veículos elétricos, como o Chevrolet Bolt, da General Motors. Mas o Model 3 da Tesla foi projetado para atrair compradores de carros de luxo, e não os de marcas de massa como a Chevrolet, e BMW, Audi e Daimler agora se veem em uma condição dolorosamente vulnerável.

Mais de metade dos carros vendidos na Europa antes do escândalo da Volkswagen tinham motores diesel, e a proporção do diesel entre os carros de luxo, que consomem mais combustível, era ainda mais elevada.

Com as medidas antipoluição das cidades europeias e diante de empresas cujos carros emitem níveis ilegais de poluentes em condições reais de circulação, e que por isso estão diante de pesadas multas, as vendas estão em queda. A conferência de cúpula alemã sobre o diesel pouco pode fazer a respeito.

As montadoras alemãs se voltarão a outros motores, entre os quais os híbridos plug-in e os motores elétricos, que a BMW acredita responderão por entre 15% e 25% de suas vendas em 2025. Mas elas perderam a imagem de liderança, e na Tesla têm um concorrente que não carrega as mesmas responsabilidades judiciais e bagagem tecnológica.

A vida está se tornando mais complexa para os líderes da BMW e Daimler e mais simples para Musk. Nesse setor, a simplicidade vale muito.

Mais uma liminar suspende aumento de impostos sobre combustíveis no país

04/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Decisão da Justiça Federal de Macaé (RJ) tem efeito imediato, mas é provisória e contra ela cabem recursos. É a terceira decisão judicial contra o reajuste do PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol



A Justiça Federal em Macaé (RJ) suspendeu o aumento de PIS/Cofins sobre combustíveis decretado pelo governo federal em 20 de julho. A decisão do juiz federal Ubiratan Cruz Rodrigues, que atua na Vara Federal Única de Macaé, suspendeu os

efeitos do decreto 9.101/2017, que aumentou as alíquotas sobre a gasolina, o diesel e o etanol e deixou esses combustíveis cerca de R\$ 0,40 mais caros.

Publicada nesta quinta-feira (3), a decisão vale para todo o país e tem efeito imediato, mas é liminar (provisória) e contra ela cabem recursos, que podem ser impetrados pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A decisão foi tomada durante o trâmite de uma ação popular proposta na semana passada pelo advogado Décio Machado Borba Netto. Ele alega que o decreto presidencial desrespeitou diversos princípios constitucionais, como o da legalidade tributária (que proíbe o aumento de tributo sem lei que autorize isso) e da anterioridade nonagesimal (que determina que contribuições sociais como PIS e Cofins só podem ser cobradas 90 dias após a publicação da lei que as houver instituído ou modificado).

O aumento das alíquotas teve o objetivo de ampliar a arrecadação da União e amenizar o déficit fiscal, mas já foi contestado pelo menos três vezes. Em 25 de julho, o juiz Renato Borelli, da 20ª Vara Federal de Brasília, suspendeu o decreto contestando a validade das razões para aumentar o imposto. No dia seguinte, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), desembargador Hilton Queiroz, suspendeu a decisão.

Nesta terça-feira (1º), a Justiça Federal na Paraíba suspendeu o aumento das alíquotas de PIS/Cofins que incidem sobre a gasolina, o gás e o diesel, mas essa decisão só valia para o estado da Paraíba e acabou derrubada no dia seguinte.

Ação no Supremo

O PT também contestou o aumento, ingressando com ação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em que também alega que o reajuste deveria ser feito por lei e só pode vigorar 90 dias após a publicação da medida. Relatora da ação, a ministra Rosa Weber deu prazo de cinco dias nesta quinta-feira (3) para o presidente Michel Temer (PMDB) prestar esclarecimentos sobre o decreto que estipulou o aumento dos combustíveis.

É realista a proibição de carros novos a diesel e gasolina na Europa?

04/08/2017 – Fonte: GS Notícias /Valor Econômico

Cada vez mais governos estão propondo o fim da venda de automóveis a gasolina e a diesel a partir de uma certa data: 2040, 2030 ou até 2025. Mas até que ponto esses prazos podem ser levados a sério? A questão de como eliminar gradualmente os tradicionais motores poluentes tem ganhado destaque por escândalos e crises. Primeiro foi a admissão da Volkswagen de ter fraudado testes de emissões nos EUA.

Mais recentemente, começou uma ação de cidades da Alemanha e outros países pelo fim de carros a diesel, para limpar o ar. O desejo político de deixar os motores tradicionais esbarra, porém, numa série de obstáculos no mundo real. Um número maior de postos de recarga tem de ser instalado mundialmente, a um custo alto.

E milhões de empregos dependem hoje da produção dos motores a combustão, o que torna a decisão politicamente difícil. "Acho que há uma maioria, principalmente nas cidades, que diz 'temos de mudar'", diz Dieter Janecek, membro do Partido Verde alemão e candidato à reeleição nas eleições parlamentares de 24 de setembro.

Ele se refere ao apelo oficial de seu partido para que a venda de carros novos a gasolina e a diesel acabe em 2030. Janecek, de 41 anos, acha que o apelo pelo abandono gradual dos motores tradicionais é incontornável.

Ele diz que muitos se mostram "céticos em relação ao motor a combustão porque têm de conviver com as consequências e as emissões". Isso vale especialmente para os habitantes das cidades. É nas cidades que o problema da poluição é mais premente.

Muita coisa, porém, tem de ocorrer para que uma mudança grande como essa aconteça. Não há postos de carga rápida suficientes para viabilizar viagens longas com carros exclusivamente elétricos. Janecek adora seu Renault Zoe elétrico, que tem autonomia para viagens curtas antes de voltar para casa para ser recarregado de um dia para o outro.

Mas, para viagens mais longas, ele e a mulher usam um Yaris convencional, da Toyota, uma combinação comum entre os primeiros usuários de carros elétricos. Especialistas dizem que os elétricos poderão começar a superar os a gasolina e diesel em termos de custo e praticidade em meados da década de 2020, com a melhoria da autonomia das baterias e da infraestrutura.

Janecek admite que "sim, é muito ambicioso". Por outro lado, diz, há países como a Noruega que querem avançar mais rápido. "Estou certo de que chegaremos lá." Há ainda o impacto da mudança sobre os fabricantes de motores a gasolina e a diesel. Proibir motores a combustão a partir de 2030 afetará, direta ou indiretamente, mais de 600 mil empregos na Alemanha, ou 10% da população economicamente ativa do país, segundo estudo da Associação Alemã da Indústria Automotiva.

Esse pode ser o motivo das metas distantes para pôr fim à venda de motores tradicionais. A Noruega vem promovendo agressivamente os carros elétricos, mas, mesmo assim, a proposta de eliminar os motores a gasolina e diesel, com exceção dos híbridos, até 2025, é um objetivo, mas não há uma data fixa para a proibição de venda. A França e o Reino Unido pensam em 2040 - ano tão distante que os políticos envolvidos não estará mais atuando e a tecnologia terá mudado de uma forma difícil de prever.

O governo anterior da Holanda propôs o uso exclusivo de carros elétricos a partir de 2035, mas o novo governo terá de tomar a decisão definitiva. A Volvo disse em julho que todos os seus modelos terão motor elétrico a partir de 2019. No entanto, muitos desses carros serão híbridos, que também dispõem de um motor a combustão e são vistos como uma transição para veículos não poluentes.

Na Califórnia, a poderosa Air Resources Board, órgão público encarregado da qualidade do ar, está pressionando fabricantes a produzir mais veículos de emissão zero, sem prever uma proibição a partir de determinada data. A China está incentivando intensivamente a produção de carros elétricos. A Noruega alcançou sua meta de 50 mil carros elétricos em 2015, três anos antes do prazo. "É coisa fácil de falar, principalmente porque alguns desses políticos não estarão por aí em 2040", disse Brett Smith, diretor-assistente do grupo de produção industrial, engenharia e tecnologia do Centro de Pesquisa Automotiva de Ann Arbor, em Michigan (EUA). "A viabilidade disso é outra questão."

O que acontecerá com o preço dos carros a combustão usados com a aproximação do prazo? O que acontecerá com os postos de gasolina e seus proprietários? São "questões enormes nas quais os políticos não estão, na verdade, com vontade de pensar quando fixam essas datas", disse Smith. As datas são "mais parâmetros e, quando estivermos mais perto, vamos descobrir como chegar lá. Esse não é um enfoque absurdo".

Tão importantes quanto os prazos são os incentivos dados por governos ao setor e ao consumidor. Na Noruega, os carros elétricos são isentos do imposto sobre o valor agregado, de 25%, e de outros tributos. Os impostos mais altos incidentes sobre carros mais poluentes neutralizarão a perda de receita. E, o que é igualmente importante, a maior parte da energia elétrica da Noruega provém de matriz

hidrelétrica, e não da queima de combustíveis fósseis. Isso significa que o aumento da demanda por energia elétrica pelos veículos não implicará em mais emissões de centrais elétricas movidas a carvão ou gás natural. O setor automotivo, por seu lado, está comprometido com os motores a diesel e tradicionais no futuro próximo, enquanto reforça os investimentos em novas tecnologias.

A Daimler gastou ? 3 bilhões (US\$ 3,5 bilhões) no desenvolvimento de um novo motor a diesel de emissões mais baixas, que já equipa parte de seus sedãs Classe E. Ao mesmo tempo, investe ? 10 bilhões em tecnologia para carros elétricos e autônomos. Os governos fazem um favor ao setor com a fixação de prazos, diz Ferdinand Dudenhöffer, diretor do Centro de Pesquisa Automotiva da Universidade de Duisburg-Essen.

"Dadas claras, como 2040, implicariam na formulação de um plano claro pelas montadoras sobre o que fazer no futuro." Smith disse que o mercado também desempenhará um papel relevante: "Quando existir o modelo de negócios, as pessoas vão encontrar uma maneira de financiá-lo".

Preço do frete deve seguir pressionado no 2º semestre, diz pesquisa da NTC/ANTT

04/08/2017 – Fonte: EM.com

O pessimismo com relação à economia diminuiu entre as empresas do setor de transporte rodoviário de cargas, mas a perspectiva geral é de que o preço do frete seguirá pressionado no segundo semestre, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística) em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e obtida com exclusividade pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Quando perguntadas sobre o seu desempenho financeiro, 23% das empresas consultadas afirmaram que a situação está melhor do que antes, 15% informaram estabilidade e 62% atestaram piora. Na pesquisa anterior, divulgada em janeiro, 6% disseram que a situação estava melhor, 12% apontaram estabilidade e 82% consideraram estar em uma situação financeira pior.

Segundo o presidente da NTC & Logística, José Hélio Fernandes, o levantamento trouxe bons resultados, mas que ainda ficaram aquém das expectativas. "Diante de uma base de comparação tão fraca, esperava uma reação mais expressiva. Mas considerando o agravamento da crise política, acredito que teremos uma melhora constante e progressiva nos próximos meses", afirmou, ao lembrar que 2015 e 2016 foram os piores anos da história do setor.

No componente faturamento, o número de empresas que registrou queda recuou para 71% no primeiro semestre de 2017, ante 84% ao final do ano passado. "Todos tiveram de fazer sacrifícios para continuar operando, a pressão no valor do frete é apenas um dos reflexos dessa realidade", observou Fernandes. Do universo de empresas que registraram queda no faturamento, para 70,5% o declínio foi, em média, de 18,5%.

Frete pressionado

As empresas que receberam pagamento pelo frete abaixo do custo avançaram de 72% para 79% entre o fim de 2016 e o primeiro semestre deste ano, enquanto as que não aumentaram ou deram desconto no frete passaram de 90% para 91%. E o número de companhias que preveem uma piora no valor do frete aumentou neste semestre, de 44% para 52%.

Entretanto, dois dos principais responsáveis pelo baixo patamar de preço do frete - os indicadores de tributos em atraso e veículos parados - têm registrado uma melhora

progressiva, segundo a pesquisa. O número de empresas com veículos parados diminuiu nos últimos três semestres: 65,4% no primeiro semestre de 2016, 52,8% ao final do ano passado e 38,7% no primeiro semestre de 2017. Ao mesmo tempo, o número de empresas com tributos em atraso diminuiu mais lentamente, de 50,3% para 48,3% no final do ano passado, até 47,2% mais recentemente.

A queda no número de ações trabalhistas também chama a atenção. Segundo a pesquisa, esse item recuou de 82,4% para 63,6% no final de 2016 e caiu para 33% no primeiro semestre.

Segundo Lauro Valdívia, assessor técnico da NTC & Logística e responsável pela pesquisa, a melhora em relação a 2016 é visível. "Sentimos isso claramente em conversas com os empresários e tudo aponta para um segundo semestre positivo", afirmou.

Prazo médio

O prazo médio de recebimento do frete informado neste semestre ficou em 26,7 dias, de acordo com o levantamento. O desempenho indica leve variação em relação ao semestre anterior (25,9 dias), mas uma melhora expressiva se comparado a um ano antes, quando o prazo médio estava em 35,4 dias.

Reflexo das constantes oscilações no cenário econômico, o número de empresas com frete a receber em atraso aumentou no comparativo com o semestre anterior, de 44,2% para 54,7%. No primeiro semestre do ano passado, porém, esse índice estava em 86,3%. O valor médio do frete em atraso (em relação ao faturamento total) também diminuiu, de 14,9% para 14,3% em relação ao semestre anterior. O valor médio estava em 13,3% um ano antes.

A pesquisa foi respondida por 2.290 empresas (de um universo de 117.360), sendo 27,2% do Estado de São Paulo, 10,9% do Rio Grande do Sul, 10,1% de Minas Gerais, 10% do Paraná, 7,8% de Santa Catarina e o restante de outros Estados.

Audi Q5 de segunda geração está no Brasil

04/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A segunda geração do utilitário esportivo Audi Q5 já está à venda no Brasil. O carro vem do México em três versões, todas com motor 2.0 turbo, injeção direta de gasolina e 252 cavalos. O preço inicial é de R\$ 244.990, para a opção Attraction. A Ambiente sai por R\$ 274.990 e a topo de linha Ambition, por R\$ 292.990.

O sistema Quattro de tração integral e o câmbio automático de dupla embreagem com sete marchas também estão em todas as versões. De acordo com a montadora o Q5 acelera de zero a 100 km/h em 6,3 segundos e atinge 237 km/h de velocidade máxima.

O novo utilitário esportivo tem 4,66 metros de comprimento e a distância entre eixos de 2,82 m garante bom espaço para quem viaja no banco de trás. Sua lista de equipamentos inclui painel totalmente digital com tela de alta definição, conexão à internet e controlador automático de velocidade com assistente para trânsito congestionado, que assume a direção em tráfego pesado em velocidades de até 65 km/h.

GM investirá R\$ 1,4 bilhão em Gravataí

04/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A **GM** disse que investirá R\$ 1,4 bilhão em sua fábrica de **Gravataí** (RS) como parte do plano de investimentos no total de R\$ 13 bilhões no Brasil entre 2014 e 2019. A montadora informa por meio de comunicado divulgado na quinta-feira, 3, que o aporte sustentará o desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive os de manufatura para modernização da fábrica.

Segundo a General Motors, o investimento atrairá cinco novos fornecedores para o estado, gerando novas vagas de emprego. A empresa indica ainda que esta medida visa preparar a unidade local como plataforma global de exportação. Atualmente, o complexo industrial de Gravataí (RS), que completou 17 anos no mês passado, é responsável pela produção dos Chevrolet Onix e Prisma.

“A GM acredita no potencial de crescimento do mercado no Brasil e está realizando o maior plano de investimentos da história da indústria no País. O novo aporte às operações no Rio Grande do Sul vai permitir ampliar a linha de produtos da Chevrolet, com foco em conectividade total, segurança e eficiência energética. A fábrica de Gravataí será uma referência global em manufatura e qualidade 4.0”, disse em nota o presidente da General Motors Mercosul, Carlos Zarlenga.

Motos perdem o fôlego outra vez em julho

04/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A média diária de emplacamento de motos vinha estável desde março em 3,6 mil unidades, mas voltou a recuar. Julho teve 21 dias úteis e 70,3 mil unidades lacradas, derrubando a média diária para 3,3 mil motocicletas. O volume total do mês ficou 2% abaixo de junho e foi 11% pior que junho de 2016.

Passados sete meses, o setor se manteve abaixo de meio milhão de unidades. Foram 497,6 mil motos no acumulado do ano e queda de 20,5% ante o mesmo período de 2016. Os números são da Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionários.

O total de emplacamentos até julho é o pior para o período desde 2003. A líder Honda anotou no acumulado 389,5 mil emplacamentos, registrando queda de 10,6%, menor que a do setor como um todo. São da Honda as seis motos mais vendidas no País.

A Yamaha, segunda colocada, vendeu nos sete meses 65,9 mil motocicletas e conseguiu se manter estável em relação ao ano passado por causa da boa aceitação de dois modelos, NMax 160 e o Neo 125. Ambos são scooters, um segmento que registrou alta de 70% na primeira metade do ano (veja [aqui](#)).

ZF apura lucro, receita e margem maiores no 1º semestre

04/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A ZF divulgou balanço financeiro positivo ao apresentar os principais resultados com indicativos de crescimento para o primeiro semestre. A receita das vendas subiu 2,7% na comparação com mesmo período do ano passado ao alcançar cifra de € 18,3 bilhões, com o Ebit ajustado de € 1,2 bilhão, aumento de 1,1% na mesma base de comparação. Com isto, a margem Ebit reajustada melhorou em 0,3 pontos percentuais, para 6,6%, apesar da do aumento nos investimentos em P&D, informa a empresa em comunicado divulgado na quinta-feira, 3.

O Ebitda (lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização) somou € 2 bilhões, alta de 5,2% sobre resultado de € 1,9 bilhão de um ano antes. O equivale a uma margem Ebitda de 10,8% sobre 10,7% de 2016.

“Apesar de investir mais em pesquisa e desenvolvimento e também em eletromobilidade e direção autônoma, nós conseguimos aumentar nossa margem”, avalia o CFO Konstantin Sauer. “Conseguimos isso ao melhorar o desempenho operacional e realizar sinergias resultantes da aquisição da TRW”.

O fluxo de caixa, reajustado para compra e venda de ações da empresa, ficou em € 322 milhões, leve recuo de 19% sobre igual indicativo do primeiro semestre de 2016, quando o ficou em € 401 milhões. Isto contribui para uma maior redução da dívida - com a compra da TRW - o saldo diminuiu em aproximadamente € 684 milhões, passando de € 8,2 bilhões para € 7,6 bilhões em 30 de junho.

“A ZF investiu pesadamente no futuro na primeira metade do ano - nós estamos aumentando rapidamente nossos esforços com relação à eletromobilidade e direção autônoma”, disse o CEO da ZF, Stefan Sommer. “Nossa margem maior e o fluxo de caixa sólido permitem realizarmos diversas novas parcerias cooperativas que estamos utilizando para completar nosso portfólio de tecnologia”.

Para 2017, a ZF prevê que os negócios permanecerão estáveis. “Continuamos aguardando uma margem Ebit reajustada de mais de 6% e uma margem Ebitda reajustada de mais de 10%”, projeta Sauer. “As vendas de 2017 ultrapassarão € 36 bilhões da perspectiva atual”.